ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_\_\_

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

PARECER TÉCNICO Nº \_\_\_/20\_\_

**Interessado:** Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_\_\_

**Assunto:** Decretação e reconhecimento de Situação de Emergência

**Desastre:** \_\_\_\_\_\_ - COBRADE \_\_\_\_\_\_\_

 **DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

 Consoante preceitua a Instrução Normativa nº 02/2016, do Ministério do Desenvolvimento Regional, a Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública serão declarados mediante decreto do Prefeito Municipal, do Governador do Estado ou do Governador do Distrito Federal.

 A decretação se dará quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas.

 Nos casos em que o desastre se restringir à área do DF ou do Município, o Governador do Distrito Federal ou o Prefeito Municipal decretará a Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública, remetendo os documentos à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para análise e reconhecimento, caso necessitem de ajuda Federal.

 O reconhecimento da Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública pelo Poder Executivo Federal dar-se-á mediante requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado pelo desastre.

 O requerimento, para fins de reconhecimento da Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública, deverá ser acompanhado de parecer do órgão Municipal, Distrital ou Estadual de Proteção e Defesa Civil, fundamentando a decretação e a necessidade de reconhecimento federal.

 **DA ANÁLISE**

 A presente documentação foi analisada com base nos critérios definidos na IN/MDR nº 02/2016. Após a leitura constatou-se que:

 1. A documentação obrigatória constante do § 1º do artigo 6º da IN/MDR nº 02/2016 foi preenchida e contém as informações necessárias para a análise técnica.

 2. Os danos informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE são relativos aos fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos parágrafos 1º a 4º do artigo 2º da IN/MDR nº 02/2016.

 3. Os prejuízos econômicos privados informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE são relativos aos fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos no artigo 3º da IN/MDR nº 02/2016.

 4. Os danos e prejuízos decorrentes do evento adverso implicaram no comprometimento da capacidade de resposta econômica e administrativa do poder público municipal.

 5. O prazo para envio da documentação solicitando o reconhecimento, estabelecido no § 2º inciso II do artigo 6º da IN/MDR nº 02/2016 pode ser cumprido, desde que seja remetida até o dia \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

 6. (demais considerações pontuais que sejam importantes fazer com relação à análise do evento adverso)

 7. (demais considerações pontuais que sejam importantes fazer com relação à análise do evento adverso)

 8. (demais considerações pontuais que sejam importantes fazer com relação à análise do evento adverso)

 (...)

 **DA CONCLUSÃO**

 Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, conclui-se que os requisitos estabelecidos na IN/MDR nº 02/2016 para a decretação e para a solicitação de reconhecimento federal foram cumpridos.

 Desta forma, sugere-se a remessa da documentação ao Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil para fins de reconhecimento (da Situação de Emergência declarada/do Estado de Calamidade Pública declarado) no município.

 É o parecer.

(município)/RS, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

XXXXXXXXXX

Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC